



**FACULDADE AGES DE TUCANO-BA**

**ERATOSTENES NASCIMENTO MATOS**

**EDUCAÇÃO SEXUAL E AMBIENTAL: DA SAÚDE HUMANA À SAÚDE DO  
PLANETA**

**TUCANO-BA  
NOVEMBRO DE 2022**

**ERATOSTENES NASCIMENTO MATOS**

**EDUCAÇÃO SEXUAL E AMBIENTAL: DA SAÚDE HUMANA À SAÚDE DO  
PLANETA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
como requisito parcial para a obtenção do título  
de Licenciatura em Ciências Biológicas pela  
Faculdade AGES de Tucano.

**Orientador:** Me. Mirelton Souza Santos

**TUCANO-BA  
NOVEMBRO DE 2022**

**“Quando a educação não é libertadora, o sonho do oprimido é ser opressor”**

**Paulo Freire**

## RESUMO

O presente trabalho é proveniente de uma pesquisa científica com o objetivo dialogar sobre a importância da oferta de uma Educação Sexual e Ambiental significativa para a sociedade estudantil. **Método:** pesquisa de caráter qualitativo, realizada com docentes do Ensino médio, sendo necessário o uso de formulário, para obtenção de dados para o desenvolvimento do presente trabalho, contendo perguntas abertas sobre os temas Educação Sexual e Ambiental. **Resultados:** participaram da pesquisa 17 docentes do Colégio Estadual Luís Eduardo Magalhães, localizado na cidade de Tucano-BA. Os quais deram suas contribuições acerca da importância ou não, dos temas transversais do presente trabalho, serem trabalhados nos espaços educacionais, além de pontuar suas estratégias para trabalhar tais temáticas, ou até mesmo como reagiriam mediante às perguntas referente a temas que não fazem parte dos conteúdos da aula. Ademais, também foi dialogado sobre influência das metodologias ativas na aprendizagem, bem como também os materiais que os educadores(as) utilizam para dar sustentação aos conteúdos que são discutidos em sala e para tornar a aprendizagem o mais significativa possível. Assim, promovendo uma formação em que os estudantes estão sendo preparados para lidar com os problemas atuais existentes no mundo. É válido destacar que houve uma divisão de opiniões e posicionamentos, já que alguns docentes consideram importante trabalhar tais temas, mas ao mesmo tempo não se sentem confortáveis ou aptos para trabalhar tais temáticas. Outros se sentem confortáveis e aptos, no entanto, não considera necessário trabalhar tais conteúdos em sala de aula.

**Palavras-chave:** Educação Ambiental; Educação Sexual; Metodologias Ativas; Aprendizagem Significativa.

## ABSTRACT

The present work comes from a scientific research with the objective of dialoguing about the importance of offering a significant Sexual and Environmental Education for the student society. **Method:** qualitative research, carried out with high school teachers, requiring the use of a form to obtain data for the development of this work, containing open questions on the themes of Sexual and Environmental Education. **Results:** 17 teachers from Colégio Estadual Luís Eduardo Magalhães, located in the city of Tucano-BA, participated in the research. Who gave their contributions about the importance or not, of the transversal themes of the present work, to be worked in the educational spaces, in addition to punctuating their strategies to work such themes, or even how they would react to the questions referring to themes that are not part of the class contents. In addition, there was also a dialogue about the influence of active methodologies on learning, as well as the materials that educators use to support the contents that are discussed in the classroom and to make learning as meaningful as possible. Thus, promoting training in which students are being prepared to deal with current problems in the world. It is worth mentioning that there was a division of opinions and positions, since some professors consider it important to work on such themes, but at the same time they do not feel comfortable or able to work on such themes. Others feel comfortable and able, however, they do not consider it necessary to work on such content in the classroom.

**Keywords:** Environmental Education; Sex Education; Active Methodologies; Meaningful Learning.

## SUMÁRIO

<b>1.INTRODUÇÃO</b> .....	06
<b>2.MÉTODO</b> .....	08
<b>3.DESENVOLVIMENTO</b> .....	08
<b>3.1.BREVE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SEXUAL NO BRASIL</b> .....	08
<b>3.2.EDUCAÇÃO SEXUAL E AMBIENTAL NOS ESPAÇOS ESCOLARES DE ACORDO COM OS DOCUMENTOS NORTEADORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA</b> .....	13
<b>3.3.ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS PARA TRABALHAR EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SEXUAL NOS ÂMBITOS EDUCACIONAIS</b> .....	18
<b>3.4.A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SEXUAL NOS AMBIENTES ESCOLARES E FAMILIARES</b> .....	22
<b>4.RESULTADOS</b> .....	25
<b>5.ANÁLISE DOS RESULTADOS</b> .....	30
<b>6.CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	33
<b>7.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	34

## 1.INTRODUÇÃO

Em meio a tantas mudanças no modo de vida dos humanos, decorrentes da globalização, especificamente, seria previsível que algumas delas iriam facilitar e outras dificultar o cotidiano humano. Por isso, meios de divulgação de conhecimentos que ajudem a sociedade a lidar de formas eficazes são de fundamental importância para reverter algumas situações que são desencadeadas pelas ações antrópicas, especialmente no que diz respeito a sua ganância e ignorância, em talvez acreditar que a natureza depende deles e não o contrário. Ou até mesmo em achar que a sociedade deve viver de forma estática e com os mesmos modos de vida anteriores ao século XXI.

Todavia, se uma análise sobre a trajetória da educação no Brasil for feita, será possível observar que ela foi mudando no decorrer de sua aplicação e em cada período era e/ou é necessário fazer mudanças para torná-la cada vez mais significativa, inclusiva, ou seja, transformadora. Desse modo, os temas transversais são de primordial relevância, já que para promover práticas de ensino transformadoras, includentes e eficazes é preciso haver complementos na grade curricular da educação básica, como os temas transversais, educação ambiental e sexual, temáticas que têm um impacto positivo tanto para a saúde do planeta como também para a saúde humana de forma geral.

Para Jacobi (2003) a Educação Ambiental deve ser, fundamentalmente, um ato político focado na transformação social. O seu enfoque deve buscar uma perspectiva holística de ação, que relaciona o homem, a natureza e o universo, partido do ponto de que os recursos naturais são finitos e que o principal responsável pela sua degradação é o ser humano.

Desse modo é de primordial importância ter um olhar plural para uma mesma atitude que será tomada e/ou que já foi. Porque o olhar singular poderá trazer bons rendimentos agora, e delimitados a um pequeno grupo de pessoas, mas, pensar coletivamente e buscar observar e/ou analisar algo levando em consideração as inúmeras circunstâncias é fundamental para o sucesso duradouro.

Já que a desinformação dos estudantes e a falta de preparo dos docentes para trabalhar de forma eficaz a Educação Sexual e Ambiental no espaço estudantil não são tão significativas como deveriam. Pelo fato de tais temas serem complexos de se trabalhar

e, em alguns casos, assuntos sobre sexualidade ainda são desconfortáveis para alguns docentes, por conta de questões culturais-religiosas ou até mesmo pela falta de preparo.

Portanto, o objetivo primário da então pesquisa é dialogar sobre a importância da oferta de uma educação sexual e ambiental significativa para a sociedade estudantil. E os objetivos secundários são: abordar métodos de se trabalhar, de forma significativa, a Educação Sexual e Ambiental dentro do ambiente estudantil, bem como discutir sobre a relevância e impacto social que a desinformação, sobre os temas supracitados, pode desencadear na sociedade. Além entender a importância de alguns documentos como: PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais), DCNs (Diretrizes Curriculares Nacionais) e BNCC (Base Nacional Comum Curricular) para a garantia de uma educação mais inclusiva e eficaz.

De acordo com Figueiró (2009) a Educação Sexual deve ser uma prática coletiva, transdisciplinar (envolver mais de um componente curricular) e também, especialmente, problematizadora das representações e significados sociais sobre assuntos como a construção da mente corpórea, da identidade de gênero, famílias, masturbação, responsabilidades, práticas sexuais, violência, tolerância, respeito, diversidade, papéis sociais de mulheres e homens, adolescência, comportamentos de riscos, Infecções Sexualmente Transmissíveis – IST, religiosidade (que é diferente de religião, no seu sentido institucional), valores, dignidade, respeito e entre outras coisas.

Ademais, é de suma importância destacar que o Colégio Estadual Luís Eduardo Magalhães está situado no estado da Bahia, no município de Tucano, Rua São Félix, número 264. Dispõe de 15 salas de aulas, sala de professores, quadra de esportes descoberta, cozinha, biblioteca, sala de secretaria, almoxarifado, cantina, 2 bebedouros, 5 banheiros, sendo um deles equipado para pessoas com deficiência. Além disso, é válido salientar que a instituição recebe discentes do nível médio (Ensino Regular e EJA – 1º, 2º, 3º). Ao total são 1.274 alunos, sendo 1.173 do ensino regular e 101 da EJA (Educação de Jovens e Adultos). Total de 33 professores(as) responsáveis pelas seguintes Áreas de Conhecimento: Linguagens e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias, e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

Mediante ao que foi abordado, o então trabalho possui uma considerável relevância acadêmica, pois servirá de base para que graduandos, docentes e familiares compreendam a necessidade de se trabalhar, em sala de aula e em casa, os temas transversais, mencionados anteriormente, além de ter uma vasta importância social e

individual, já que o mesmo abordará acontecimentos que comprovam os impactos negativos que podem ser desencadeados em virtude da desinformação sobre tais temas.

## **2.MÉTODO**

Assim sendo, para a construção da presente pesquisa, de caráter qualitativo e bibliográfico. Levando em consideração a análise de materiais acadêmicos, como: artigos, monografias, dissertações e teses, bem como também livros que dialogam sobre Educação Ambiental, Sexual e Metodologias Ativas de Ensino. Esses materiais foram de grande valia para construção de todo o trabalho. Além disso, para obtenção de dados quantitativos foi aplicado um formulário via plataforma *Google Forms*, os quais foram enviados pelos meios digitais (*Whatsapp* e *Instagram*) para serem respondidos. Já que os docentes, que foi o público entrevistado deste trabalho, não possuíam disponibilidade para uma entrevista de caráter presencial.

## **3.DESENVOLVIMENTO**

### **3.1.BREVE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SEXUAL NO BRASIL**

#### **3.1.1.Educação Ambiental no Brasil**

A história da Educação Ambiental no Brasil teve início, especialmente, por conta da preocupação das pessoas com o futuro dos ambientes naturais como da sociedade de modo geral, até porque os seres humanos dependem significativamente da natureza para desenvolver a maior parte de suas atividades, ou todas, práticas essas que vão desde a alimentação até a criação de produtos para o seu melhor conforto. No entanto, nem todos têm a oportunidade de usufruir dos recursos que são criados pelo homem, em alguns casos, por conta da desigualdade social existente no Brasil e no mundo.

A Educação Ambiental surge em decorrência da necessidade de solucionar problemas ambientais causados pelo modelo de desenvolvimento econômico capitalista, o qual é insustentável, em virtude da sua natureza predatória e exploratória. Vale pontuar que o marco inicial do aparecimento da temática ambiental, remonta a 1ª Conferência Mundial de Meio Ambiente Humano, que aconteceu em Estocolmo na Suécia no ano de 1972. No mês de dezembro de 1994, por conta da Constituição Federal de 1988 e também

dos compromissos internacionais assumidos durante a Rio 92, foi criado, o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA), pela Presidência da República. (ARRAES; VIDEIRA, 2019).

Fenômeno característico da segunda metade do século XX, a Educação ambiental (EA) surgiu basicamente como uma das “estratégias” da sociedade para fazer frente aos problemas ambientais entendidos, a partir desta época, como ameaças à qualidade e à vida no Planeta. (RAMOS, 2001, p.202).

É válido salientar que muitas das criações humanas sempre precisam ser aperfeiçoadas, seja por conta do avanço tecnológico, ou por conta dos benefícios e malefícios de cada criação. Contudo, esses prós e contras devem ser considerados tanto para os consumidores como também para o meio ambiente. Pois, caso o meio ambiente seja afetado, possivelmente os seres humanos também serão, às vezes pode demorar algum tempo para as consequências surgirem, mas uma hora ou outra elas irão aparecer.

A Educação Ambiental no Brasil apresentou-se em duas faces, a primeira como um modismo desenfreado e através do oportunismo, a segunda como uma opção pedagógica crítica aos modelos vigentes, a Educação Ambiental é uma das mais importantes exigências educacionais contemporâneas, explicando que não deve ser utilizada como a transmissão de conhecimento ambiental, mas buscando ampliar a participação política do cidadão, e deve ser inserida desde cedo, e com as crianças que temos a oportunidade de mudança de conceito a respeito de educação. Portanto, ela tem como intuito a consolidação da democracia, a solução dos problemas ambientais e a melhora da qualidade de vida partindo da ética e do diálogo entre gerações e culturas. (BRANCALIONE, 2016, p. 3).

Por isso, é de fundamental importância conhecer a história da Educação Ambiental para que erros ambientais não sejam repetidos e também para pensar em e métodos que se adequem ao presente momento ambiental em que a sociedade está vivenciando e que vivenciará em um futuro não tão distante. Para que assim as estratégias tenham cada vez mais efeitos transformadores na sociedade.

Em 1995, foi criada a Câmara Técnica Temporária de Educação Ambiental no Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama). Os princípios orientadores para o trabalho dessa Câmara eram a participação, a descentralização, o reconhecimento da pluralidade e diversidade cultural e a interdisciplinaridade. Em 1996, foi criado, no âmbito do MMA, o Grupo de Trabalho de Educação Ambiental, sendo firmado um protocolo de intenções com o MEC, visando à cooperação técnica e institucional em Educação Ambiental, configurando-se num canal formal para o desenvolvimento de ações conjuntas. (ARRAES; VIDEIRA, 2019, p.104).

Ademais, é de suma importância mencionar que 1997, depois de dois anos de debates, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) foram aprovados pelo Conselho Nacional de Educação. Os PCN se organizam em um subsídio para contribuir com a escola na construção do seu projeto educativo, incluindo procedimentos, atitudes e valores referentes a convivência no espaço escolar, bem como a importância de tratar de alguns temas sociais urgentes, de dominância nacional, intitulados como temas transversais: meio ambiente, ética, pluralidade cultural, orientação sexual, trabalho e consumo, com possibilidade de as escolas e/ou comunidades selecionarem outros de importância pertinente para sua realidade. (ARRAES; VIDEIRA, 2019).

Ainda de acordo com Arraes e Videira (2019) a Lei nº 9.795/99 foi regulamentada, em 2002, pelo Decreto nº 4.281, o qual define, entre outras coisas, a composição e as competências do Órgão Gestor da PNEA (Política Nacional de Educação Ambiental) lançando, então, as bases para o seu exercício. Este foi um passo decisivo para execução das ações em Educação Ambiental no governo federal, tendo como primeira atribuição a assinatura de um Termo de Cooperação Técnica para a realização em conjunto com a Conferência Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente.

A Educação Ambiental no MEC atua em todos os níveis de ensino formal, mantendo ações de formação continuada por meio do programa Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas, como parte de uma visão sistêmica de Educação Ambiental. A Educação Ambiental passa a fazer parte das Orientações Curriculares do Ensino Médio e dos módulos de Educação a distância na Educação de Jovens e Adultos (EJA). (ARRAES; VIDEIRA, 2019, p.105).

Já no ano de 2004, o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA), teve a sua terceira versão submetida a um processo de Consulta Pública, a qual foi feita em parceria com as Comissões Interinstitucionais Estaduais de Educação Ambiental (CIEAs) e as Redes de Educação Ambiental, envolvendo cerca de 800 educadores ambientais de 22 Unidades federativas do país. Além disso, nesse mesmo ano, houve a mudança ministerial, a consequente criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secadi) e a transferência da CGEA para esta secretaria, possibilitou um maior enraizamento da EA no MEC e junto às redes estaduais e municipais de ensino, passando a operar de forma integrada à áreas de Diversidade, Educação Escolar Indígena e Educação no Campo, dando assim uma visibilidade maior à Educação Ambiental e evidenciando sua vocação de transversalidade. (ARRAES; VIDEIRA, 2019).

A Educação Ambiental no MEC atua em todos os níveis de ensino formal, mantendo ações de formação continuada por meio do programa Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas, como parte de uma visão sistêmica de Educação Ambiental. A Educação Ambiental passa a fazer parte das Orientações Curriculares do Ensino Médio e dos módulos de Educação a Distância na Educação de Jovens e Adultos (EJA). (ARRAES; VIDEIRA, 2019, p.105).

Para tanto, mediante as colocações anteriores, é possível observar que um dos meios para mudar a sociedade, no quesito consciência crítica-ambiental, é investir em educação de qualidade para toda a sociedade. Mas uma educação que seja significativa e com metodologias inovadoras e, conseqüentemente, flexíveis.

### **3.1.2. Educação Sexual no Brasil**

A Educação Sexual é um tema que, mesmo com todo avanço da sociedade, ainda continua sendo tabu para muitas pessoas. E desde a tentativa de sua implantação no ambiente escolar era vista como uma prática errônea, além disso, não um assunto era prioritário na década de 60 e tal argumento perdurou por muito tempo até a implantação de um projeto sobre a área mencionada.

No entanto, mesmo com todas as vantagens que podem ser desencadeadas por práticas educativas que permeiam tal temática, ainda assim, é vista, para alguns, como desnecessária. E conseqüentemente, se não é um tema bem visto por uma parcela da sociedade, torna ainda mais complexo todo o trabalho que poderia ser desenvolvido para evitar algumas problemáticas, como: assédio sexual, gravidez precoce, infecções sexualmente transmissíveis e tantos outros impactos negativos que são gerados por meio desses problemas.

Conforme indicam pesquisadores, os trabalhos iniciais sobre Educação Sexual, começaram no início das décadas de 20 e 30. É importante pontuar que a primeira iniciativa de inclusão da Educação Sexual no currículo escolar foi em 1930, no Colégio Batista, na cidade do Rio de Janeiro, cuja experiência continuou por vários anos, até que em 1954, o educador responsável foi processado e, conseqüentemente, demitido do cargo. Em tempos anteriores à década de 60, algumas experiências de Educação Sexual aconteceram somente em escolas protestantes ou em escolas que não possuíssem vínculo religioso. (FIGUEIRÓ, 1998).

De acordo com Figueiró (1998) na década de 60 alguns colégios católicos passaram a criar programa de Educação Sexual, em virtude de algumas modificações (não

homogêneas) na Igreja Católica, após o Concílio Vaticano II, que foi realizado entre 1962 e 1965. É importante frisar também, que acontecimentos políticos interferiram de forma negativa no processo de implantação da Educação Sexual no Brasil, como por exemplo, no ano de 1968 foi recusado o projeto da deputada Júlia Steinbruch (PMDB – RJ), no qual era proposto a inclusão obrigatório da Educação Sexual nos currículos de 1º e 2º graus. Já em maio de 1970, o Congresso Brasileiro oficializou a censura prévia de livros e jornais.

É válido destacar, que um outro fator que contribuiu para não implantação da Educação Sexual nas escolas foi a política de planejamento familiar pró-natalista que foi adotada na época. (FIGUEIRÓ, 1988).

Em 1965, segundo Figueiró (1998), Ataliba Nogueira, Secretário de Educação do Estado de São Paulo, proibiu aos educadores de escolas da rede pública de ensino a transmissão de informações sobre métodos anticoncepcionais e controle de natalidade. A ação interferiu diretamente nos programas que vinham sendo desenvolvidos, impedindo assim a discussão de outros assuntos. “Por diversas vezes aconteceram manifestações, embora frustradas, de intelectuais e de outras pessoas que se dispunham tentar reverter a situação, isto é: deixar livre o caminho para a implantação da Educação Sexual.” (FIGUEIRÓ, 1998, p.126).

Um fator que pode ter contribuído de forma considerável para o impedimento da oficialização da Educação Sexual nas escolas ou mesmo atrapalhando a realização de experiências novas é o argumento de prioridade. (FIGUEIRÓ, 1998).

Em 1978, segundo Figueiró (1998), houve uma reconquista do espaço da Educação Sexual no Brasil, no entanto, não foi um acontecimento que ocorreu de maneira homogênea. Um conjunto de práticas depressivas continuaram a acontecer (inclusive na década de 80), mesmo com o abrandamento geral da censura oficial e oficiosa no fim da década de 70. Além disso, em São Paulo, no ano de 1978, foi realizado o I Congresso sobre Educação Sexual nas escolas e, a partir daí, outros eventos de cunho científico foram promovidos.

No final da década de 70 e no início de 80, inúmeros debates foram promovidos, tendo contribuição dos meios de comunicação (rádio, televisão e revistas). Muitos livros foram escritos na década de 80, os quais analisavam a sexualidade, para crianças, jovens e adultos, porém, alguns deles eram de caráter científico, que visavam refletir sobre Educação Sexual, especialmente escolar. Debates e publicações, com preocupação sobre gravidez precoce e da contaminação da AIDS, contribuíram para que houvesse, por parte

dos pais, educadores e da sociedade de forma geral, um interesse maior na Educação Sexual das crianças e dos jovens, havia mais especialmente, uma preocupação maior com a atuação do ambiente escolar nesta tarefa. (FIGUEIRÓ, 1998).

Foi possível analisar, mediante as colocações anteriores, que a Educação Sexual é uma prática que nunca foi aceita pela sociedade, especialmente, brasileira. Já que punições, como perda de emprego, era uma prática comum de ser realizada, com o objetivo, claro e evidente, de silenciar os indivíduos que tentassem, de alguma forma, dialogar sobre temas que tivessem relação com Educação Sexual, a qual, desde sempre não é bem vista pela sociedade. Mesmo com sua relevância social.

## **3.2. EDUCAÇÃO SEXUAL E AMBIENTAL NOS ESPAÇOS ESCOLARES DE ACORDO COM OS DOCUMENTOS NORTEADORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA**

### **3.2.1. Educação Sexual**

Para se fazer educação nos tempos contemporâneos tem sido uma tarefa cada dia mais complexa, visto que existem muitos entraves que, conseqüentemente, impossibilitam o educador(a) elaborar e mediar suas aulas de forma, que prepare de fato, os estudantes para lidar com problemáticas reais e, que assim seja possível ofertar não apenas informações, mas sim conhecimentos eficazes para transformação positiva da sociedade.

No Brasil, por exemplo, não há nenhuma Lei na área da Sexualidade e Educação Sexual. Apenas os Parâmetros Curriculares de Orientação Sexual que são o único norteador direto sobre tais temáticas, no entanto, não são Leis. Além disso, a exclusão de menções sobre questões de Sexualidade e Educação Sexual no último PNE (Plano Nacional da Educação) contribui negativamente para avanços e discussões acerca da sexualidade de forma geral, especialmente nos ambientes estudantis, os quais são parte da formação de base do indivíduo. (SIQUEIRA; DE LIMA NETTO, 2019).

Além disso, os indivíduos que fazem parte da realização do serviço escolar têm, dever especial, de refletir sobre os direcionamentos que estão sendo criados no ambiente estudantil. Ir em busca de novos conhecimentos e atualizar-se acerca dos estudos e pesquisas ligadas à sexualidade, gênero, diversidade sexual e Direitos Humanos é parte integral da responsabilidade contemporânea da demanda escolar. Caso este dever seja

negligenciado, a escola corre risco sério de perder-se em seus objetivos e práticas. Um risco esperado tem a ver com a formação de discentes voltada unicamente para o mercado de trabalho, sem, todavia, desenvolver componentes humanitários, emancipatórios e igualitários na perspectiva da cidadania crítica destes educandos. O ideal rudimentar de preparar seus aprendizes especialmente para se tornarem ferramentas de produção capitalista retrata, muito provavelmente, uma das lacunas sociais mais preocupantes que a escola ainda mantém. (LIMA; DE OLIVEIRA GOMES; DE LIMA, 2020).

Neste tempo de retrocessos, reduções e simplismos, fica evidente a disputa discursiva que se concentra nos debates acalorados sobre os papéis e funções da escola. É interessante notar, de igual forma, que a forte negação política aos temas orientação sexual e sexualidade no espaço escolar geralmente tem sido mais fortemente defendida por aqueles indivíduos e grupos que pouco ou nada entendem a respeito de contextos educativos. Um bom exemplo prático que comprova a afirmação acima é própria análise do caminho histórico da construção dos antigos PCN's, bem como a atual e terceira versão deste documento regulador, atualmente convencionado e conhecido como Base Nacional Curricular, que foi encaminhada do MEC ao CNE, com a supressão dos termos gênero e orientação sexual. Sendo aprovada em dezembro de 2017, esta nova versão da Base suprimiu os termos citados sob a justificativa de que estes provocariam muita controvérsia. (LIMA; DE OLIVEIRA GOMES; DE LIMA, 2020, p.50).

É primordial pontuar que a BNCC (Base Nacional Comum Curricular) é um documento normativo em que define o conjunto orgânico e progressivo referente as aprendizagens fundamentais, as quais todos os educandos precisam desenvolver no decorrer das fases e modalidades da Educação Básica, de forma que tenham garantidos seus direitos de aprendizagem e, também, desenvolvimento, de acordo com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). Vale lembrar, que a BNCC está guiada pelos princípios éticos, políticos e estéticos, os quais objetivam à formação humana integral, bem como, a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, em conformidade com o que é fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN). (BRASIL, 2018)

Na atualidade, a Educação Sexual no Brasil, ainda sofre com interpretações errôneas a respeito da sexualidade humana. Os preconceitos relacionados à vivência desta dimensão do ser humano ainda atingem este tema, causando uma ignorância coletiva inconsciente da sociedade. (SILVA et al., 2019).

Na contemporaneidade, adolescentes não têm opção de não usar decote e roupas bem curtas, pois a manipulação do meio (mídia e seus agentes) dita que elas devem se vestir na moda para serem aceitas, amadas. Pela ausência da conscientização do próprio corpo e da própria escolha, elas obedecem à imposição dita “cultural”, mais especificamente da moda. Assim, fica nítido que tanto os pais quanto os professores, agentes dos espaços escolares, encontram-se em dificuldade e conseqüente enfrentamento ao status e às imposições socialmente estabelecidas. A resolução da questão não se encontra em criar uma didática sistematizada e, mais ainda, instrumentalizada, mas passa pela compreensão das limitações proporcionadas a todos os sujeitos direta e indiretamente envolvidos na constituição sexual da sociedade humana. (SIQUEIRA; DE LIMA NETTO, 2019, p.194).

Segundo Figueiró (2006) a Educação Sexual tem relação com o direito de todo indivíduo de receber informações sobre o corpo, a sexualidade e a prática sexual e, também, com o direito de ter variadas oportunidades para expressar sentimentos, reavaliar seus tabus, aprender, refletir e debater para formar sua própria opinião, seus próprios valores sobre tudo que é relacionado ao sexo.

Conforme Lima, de Oliveira e de Lima (2020) a situação do cenário educacional brasileiro, no que diz respeito às suas necessidades, é preocupante e desafiador, não somente pelo fato de que diretrizes essenciais têm sido cada vez mais tomadas por grupos que nada compreendem das áreas educacionais, mas também, em especial, pelas articulações políticas e discursivas, as quais se movimentam cada dia mais forte, entre os distintos níveis do poder público, na tentativa de sucatear, por inteiro, os setores da área educacional. Em uma circunstância escolar influenciada, primordialmente, pela educação de mercado, pela privatização das ambientes escolares e seus processos educativos, pela precarização da pedagogia, que não leva em consideração as necessidades humanísticas de seus discentes e diminui o pensar crítico de seus educandos pelo medo da complexidade multifacetada da realidade, pelo apego às tradições e crenças religiosas dentro da escola, educar na/para cidadania tem sido uma tarefa socioeducativa cada vez mais árdua.

[...] as doenças provenientes das infecções sexualmente transmissíveis (IST) têm sido um fenômeno global, apresentando-se na atualidade como um dos mais importantes problemas de saúde pública. Na adolescência, a não adesão às medidas de prevenção para IST, associada ao início precoce da vida sexual, tornam esta população mais suscetível a estas infecções. (CARVALHO; PINTO; SANTOS, 2018, p. 8).

Além disso, para Wildemberg Fiedler, Araújo e Caetano de Souza (2015) a gravidez na adolescência é classificada como um acontecimento precoce nessa fase da

vida, o que acaba resultando em sérios problemas, como abandono das atividades estudantis, riscos para o feto e para a mãe, conflitos familiares, discriminação social, distanciamento de grupos de convivência, adiamento ou destruição de sonhos e também planos. Além de sentimentos de perda, tristeza, solidão, isolamento, preocupações. E também, por consequência, desemprego ou ingresso no mercado de trabalho não qualificado podem surgir em virtude da gestação no período de adolescência.

Além do problema social das várias formas de violência em si, discutir a Educação Sexual no contexto escolar é importante para refletir exatamente sobre como alunos e alunas estão sendo direta ou indiretamente ensinados a ser homens ou mulheres padronizados e normatizados, e como a escola pode estar falhando na busca por minimizar as múltiplas formas de violência de gênero e seus efeitos devastadores no reconhecimento da diversidade sexual e dos direitos constitucionais igualitários de homens e mulheres. (LIMA; DE OLIVEIRA GOMES; DE LIMA, 2020, p.52).

Portanto, como foi possível observar, educar sexualmente os indivíduos é uma prática que engloba inúmeras temáticas, as quais são de primordial importância para combater e, até mesmo, evitar problemas sociais ainda piores. Além disso, mediante as contribuições anteriores, ficou nítido que a Educação Sexual é uma ferramenta muito significativa para a prevenção e combate de muitas problemáticas que a sociedade vem enfrentando ao longo dos tempos. Como as Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), abusos sexuais, a gravidez indesejada na adolescência e dentre outras questões que interferem negativamente no convívio social.

### **3.2.2. Educação Ambiental**

Orientações de como medir a educação ambiental nas escolas precisam ser ofertadas para que não seja feita qualquer tipo de ação e a mesma seja intitulada como uma prática de educação ambiental, por isso, é de suma importância se basear nos documentos que dão suporte para o fazer educacional, para que assim seja possível aplicar práticas que realmente tenham relação com a temática e que seja possível atingir os objetivos que são esperados na aplicação do tema transversal supracitado.

Conforme Branco, Royer, de Godoi Branco (2018) no contexto escolar, é habitual ver docentes realizarem práticas de Educação Ambiental com ações separadas e sem relação com os significados científicos, como, por exemplo, a coleta seletiva dos resíduos, os multirões contra a dengue, as alterações de resíduos sólidos em utensílios, entre outros,

retratam, em vários casos, tal ensino no ambiente escolar. Mesmo essas ações sendo importantes, o primeiro ponto a se levar em consideração é que a Educação Ambiental não se restringe a isso, porém precisa de maior investigação e aprofundamento científico dos assuntos, reflexão sobre as questões ideológicas, políticas e também sociais que, direta ou inteiramente, estão conectadas.

Além disso, fazendo uma análise dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs - é válido destacar que os mesmos reafirmam o caráter transversal e interdisciplinar da Educação Ambiental, já que não poderia ser restrita a uma disciplina exclusiva no currículo escolar. Porém, em sua grande necessidade e notoriedade de relevância, é ampla e abarca todas as áreas e disciplinas que sejam recomendadas na Educação Básica. (BRANCO; ROYER; DE GODOI BRANCO, 2018).

Analisando os PCNs, destacamos que os mesmos reafirmam o caráter transversal e interdisciplinar da Educação Ambiental, pois não poderia ser restrita a uma única disciplina no currículo escolar. Mas, em sua emergência e notoriedade de relevância, é ampla e abrange Todas as áreas e disciplinas que sejam propostas na Educação Básica. (BRANCO; ROYER; DE GODOI BRANCO, 2018, p.193).

Conforme Branco, Royer e de Godoi Branco (2018) mesmo não apresentando caráter obrigatório, os PCNs ocupam lugar de evidência na história da educação nacional, motivando a organização curricular, especialmente, para a formação de docentes e de avaliações externas.

É importante destacar que, em consonância com a Lei nº 9.394/1996 (LDB), a Base Nacional Comum Curricular será um documento de caráter normativo, cujo objetivo principal é estabelecer um conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais, indicando conhecimentos e competências que se espera que todos os estudantes desenvolvam ao longo da Educação Básica. (BRANCO; ROYER; DE GODOI BRANCO, 2018, p.197).

Para tanto, os documentos que servem para nortear os profissionais da educação são de extrema importância não apenas para orientá-los sobre as habilidades e competências que devem ser desenvolvidas, mas também para dar suporte para que temas primordiais para o sociedade sejam trabalhados dentro do ambiente escolar, com a finalidade de promover reflexões acerca das temáticas e, possivelmente, mudanças de pensamentos e atitudes por parte dos discentes, podendo até influenciar positivamente outras pessoas.

### **3.3. ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS PARA TRABALHAR EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SEXUAL NOS ÂMBITOS EDUCACIONAIS**

#### **3.3.1. Educação Sexual**

No âmbito educacional e também fora dele, um dos requisitos básicos é você ter um considerável conhecimento sobre o que você vai discutir com seu público-alvo, o que possibilita uma maior segurança para si próprio, fatos muito importante para abordar temas tão tabus, como a educação sexual. Para Gonçalves, Faleiro e Malafaia (2013) os docentes, independentemente da área de formação, devem contribuir para que os tabus e preconceitos relacionados à sexualidade sejam eliminados ou no mínimo suavizados e que o conhecimento geral dos estudantes sobre o assunto seja aperfeiçoado para que cada indivíduo possa viver de forma apropriada e singular sua sexualidade.

[...] a formação do educador é fundamental. Cada vez mais se torna necessário que o professor receba formação para atuar em processos de educação sexual seja na sua formação acadêmica ou em projetos de educação continuada. Para que os professores possam compreender a manifestação da sexualidade de seus alunos e educá-los em relação a isso é preciso que tenham clareza tanto da abordagem histórica e cultural sobre a construção da sexualidade quanto da compreensão científica do desenvolvimento psicosssexual. (MAIA; RIBEIRO, 2011, p. 80).

São inúmeras as possibilidades para se trabalhar de forma significativa a Educação Sexual em sala de aula. Mas, para isso, é preciso que além de ter uma boa formação para falar sobre assuntos que perpassam por o tema supracitado, é fundamental que o docente ou o familiar tenha um planejamento para abordar o tema da forma mais significativa possível, no entanto, não quer dizer que eles tenham que seguir esse plano do início ao fim da discussão sobre Sexualidade.

Uma ótima estratégia para abordar temas relacionados à sexualidade, é uma atividade nomeada “questionário”, a qual é de fácil aplicação no espaço escolar, além de que vem se mostrado funcional, pois, além de colocar o discente de forma ativa no aprendizado, acaba contribuindo de forma significativa para a identificação do que ele já sabe a respeito de um tema. Trata-se de uma relação com vários itens (aproximadamente vinte), alguns falsos, outros verdadeiros, sobre um tema, e o estudante deve marcar, de

forma individual, em sua folha, se concorda ou discorda do enunciado da questão. (FIGUEIRÓ, 2006).

Para Figueiró (2006) com relação ao uso do desenho como estratégia de ensino, pode proceder da seguinte forma: numa aula com crianças pequenas em que se vai falar sobre de onde os bebês vêm, o docente pode pedir a elas que desenhem o que sabem sobre esse assunto. Em seguida, o professor(a) dá oportunidade para que as crianças falem sobre seus desenhos, exponham o que pensam e, logo após, o educador(a) complementa e corrige as ideias enviesadas.

Uma outra estratégia para abordar Educação Sexual na escola é numa aula em que se vai falar sobre o corpo humano, o educador(a) pode solicitar aos estudantes para que façam um desenho do menino e outro da menina, nomeando as várias partes do corpo. Ou, também, a pode ser dividida em duas e, uma parte faz um cartaz com o desenho do corpo masculino, e a outra parte, do feminino. É comum que se coloque uma folha grande no chão, alguém deita sobre o papel e o grupo desenha acompanhando o contorno do corpo do colega. Caso os alunos não desenhem o órgão sexual, deve-se perguntar por que não fizeram o desenho do mesmo e, pedir para façam e coloquem o nome. Caso os estudantes insistam em não desenharem, o docente deve aproveitar para conversar sobre essa dificuldade. (FIGUEIRÓ, 2006).

Figueiró (2006) a dramatização também é uma excelente forma para ofertar Educação Sexual, pois é uma prática que revaloriza o diálogo, o autoconhecimento e também a interação entre pensar, sentir e agir. Deste modo, também é funcional utilizar dinâmicas de grupo, desenho, modelagem, bem com recorte e colagem.

Entretanto, ensinar sobre sexualidade no espaço escolar não se restringe a colocar em prática estratégias de ensino. Compreende ensinar, por meio da atitude de educador(a), que a sexualidade faz parte de cada ser humano e pode ser vivida com alegria, liberdade e responsabilidade. Educar sexualmente é, também, mostrar possibilidades ao indivíduo de vivenciar, um de seus direitos, o prazer. (FIGUEIRÓ, 2006).

### **3.3.2. Educação Ambiental**

A educação é uma área que vem passando diariamente por modificações, especialmente em suas metodologias, uma vez que, boa parte dos discentes do século XXI não conseguem aprender, de forma significativa, apenas por meio da transmissão de informações, ou seja, através de metodologias extremamente tradicionais, já que, a

informação, nos tempos atuais, é mais acessível para uma parcela considerável da sociedade, e com a aquisição de novos conhecimentos, ou possibilidade para adquiri-los de outras formas, não conseguem sentir tanta motivação para realizar tarefas não tão dinâmicas.

De acordo com Silva e Leite (2008) a formação de docentes, focada para o meio ambiente, é a principal estratégia em Educação Ambiental, tanto na formação inicial como na continuada. Não será possível obter modificações em inúmeros aspectos, sem que os educadores possam estar sensibilizados e bem preparados para poder executar seu papel na educação e na sociedade de forma significativa. Além disso, não é possível cobrar dos profissionais da educação, formação na área ambiental, se os mesmos não a recebem nos cursos de graduação.

O ser humano, ao longo de sua evolução histórica, tem perdido o amor pelos sistemas naturais e sociais. Encantado pelo avanço tecnológico esqueceu que é parte integrante destes sistemas. Usa os recursos ambientais como se fossem inesgotáveis e sempre disponíveis. Em decorrência, convive-se com vários problemas, os quais concorrem para a crise ambiental e refletem a falência dos modelos que regem a sociedade contemporânea. (SILVA; LEITE, 2008, p. 373).

Para tanto, como foi possível observar, uma excelente estratégia para a disseminação de informações de forma significativa é colocar o estudante no centro do processo de ensino-aprendizagem, como é proposto pelas metodologias ativas de ensino. Assim, o docente deixará de assumir o papel de transmissor de informações e passará a assumir outros papéis, como o de mediador, orientador, motivador e vários outros.

Além disso, quando os estudantes se tornam centro do processo de aquisição do conhecimento, acabam desenvolvendo a criticidade, autonomia, criatividade e, conseqüentemente, adquire também a habilidade de resolver problemas. Essas habilidades são de fundamental importância para promoção de uma educação ambiental crítica-reflexiva e, de fato, transformadora. “A educação ambiental deve ser vista como um processo de permanente aprendizagem que valoriza as diversas formas de conhecimento e forma cidadãos com consciência local e planetária.” (JACOBI, 2003, p. 198).

No entanto, é primordial salientar que para qualquer estratégia de ensino ser eficaz é necessário que o corpo docente sempre priorize fazer um bom planejamento, para assim poder alcançar os objetivos estabelecidos no mesmo. Entretanto, os educadores(as)

precisam ter em mente que, alguns fatores, podem contribuir para que a flexibilidade aconteça no momento das aulas.

As metodologias precisam acompanhar os objetivos pretendidos. Se queremos que os alunos sejam proativos, precisamos adotar metodologias em que os alunos se envolvam em atividades cada vez mais complexas, em que tenham que tomar decisões e avaliar os resultados, com apoio de materiais relevantes. Se queremos que sejam criativos, eles precisam experimentar inúmeras novas possibilidades de mostrar sua iniciativa. (MORÁN, 2015, p. 17).

Um outro ponto importante, que também precisa ser levado em consideração é a realidade dos estudantes, pois, os professores(as) não irão conseguir proporcionar uma aprendizagem transformadora, significativa e crítica-reflexiva sem levar em consideração os pontos supracitados, já que os mesmos são essenciais para a construção de um bom planejamento de aula.

Para Silva e Leite (2008) a compreensão inadequada da realidade acaba desencadeando consequências, como: a utilização dos recursos ambientais de maneira insustentável, comprometendo assim a estabilidade ambiental e social. Para colocar em prática processos de educação, planejamento e gerenciamento focados às questões ambientais é fundamental conhecer a percepção ambiental do grupo envolvido. Pois, esse conhecimento facilita o entendimento das interações do ser humano com o meio ambiente e possibilita que a intervenção aconteça a partir do mesmo.

Ademais, é válido destacar que projetos desenvolvidos para Educação Ambiental no espaço escolar devem ser sempre baseados na interdisciplinaridade, ou seja, tais ações devem ser promovidas com o intuito de contribuir consideravelmente para o desenvolvimento da conscientização ambiental de forma crítica, não só por parte dos professores(as) de Ciências e Biologia, mas também pelos demais docentes.

Além disso, de acordo com Alves e Paz (2021) os avanços consideráveis das tecnologias têm promovido mudanças significativas na vida dos indivíduos e em seus comportamentos. As gerações atuais nasceram em um momento digital e para essas pessoas é natural que as tecnologias estejam presentes no dia a dia, especialmente no ambiente escolar.

Desse modo, é possível observar que a valorização dos conhecimentos prévios dos estudantes é algo necessário para que assim o docente possa elaborar um plano de ensino que seja focado no aprender a aprender e não na decoração de conceitos. Por isso, durante o trajeto de oferta da educação ambiental crítica-reflexiva, o profissional da educação

precisa sempre inovar em suas práticas pedagógicas, como por exemplo, fazer o uso das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs).

Pois, desse forma, o educador(a) fazendo o uso das TDICs (Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação) estará abrindo a escola para o mundo e, tornando possível mostrar aos estudantes, por exemplo, muitos dos impactos ambientais que são provocados por negligência humana e, posteriormente, realizar uma atividade, em que seria solicitado que os estudantes pensassem quais seriam as possíveis atitudes que eles iriam ter para amenizar os malefícios ao meio ambiente, ou até mesmo, quais seriam suas propostas para que diminuísse a ocorrência de determinados problemas ambientais.

A aplicação dos jogos contextualizados com a realidade vivida oportuniza uma reflexão, pois, após conectadas e assimiladas as informações, o aluno pode ser capaz de compreender como cada ação individual pode ser importante para o meio ambiente. O pensamento do aluno não é fragmentado, todo ele tem uma justificativa, podendo ele ter uma análise completa e crítica sobre a situação, processando de forma autônoma e competente as informações sobre vários assuntos, como paisagem e relevo, preservação e ocupação socioeconômica do espaço geográfico, entre tantas outras que também podem ser colocadas. (BREDA, 2011, p. 12).

Vale salientar, que uma excelente maneira, também, de aplicar Educação Ambiental de forma promissora no espaço escolar é a utilização de jogos, já que os mesmos são ferramentas excepcionais para o ensino-aprendizagem, pois além dos estudantes estarem aprendendo conteúdos extremamente importantes para o bem estar social, também estarão se divertindo. Fazendo com que as informações sobre os temas estudados sejam assimiladas de forma considerável. Já que por meio de jogos é possível trabalhar teoria e prática ao mesmo tempo.

### **3.4. A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SEXUAL NOS AMBIENTES ESCOLARES E FAMILIARES**

#### **3.4.1. Educação Ambiental**

A educação em si é uma prática complexa e que depende de muitos fatores internos e externos para que seja promovida de forma eficaz, como por exemplo: a infraestrutura escolar, investimentos na formação continuada dos docentes, transporte de

qualidade para os estudantes tanto da zona rural como da zona urbana, além, é claro da valorização da escuta e diálogo entre docentes e estudantes.

Educação Ambiental deve ser trabalhada objetivando o aprender a conhecer as leis naturais e os problemas ambientais, sociais, econômicos, políticos, éticos e culturais; aprender a ter, na visão de superação do ter acima do ser; aprender a administrar, utilizando os recursos ambientais com responsabilidade e de forma sustentável; aprender a fazer, evitando e procurando solucionar os problemas relativos ao meio ambiente; aprender a conviver com o outro e com a natureza; aprender a ser solidário com as gerações atuais e futuras, desenvolvendo a afetividade entre os seres humanos e entre a sociedade e a natureza. (SILVA; LEITE, 2008, p. 385/386)

Desse modo, os espaços escolares e familiares devem trabalhar de forma conjunta para que assim, juntos, possam contribuir positivamente para o melhor aproveitamento e aplicação dos conhecimentos adquiridos em ambos os ambientes na sociedade. Segundo Caetano (2004) o ambiente escolar precisa dessa relação de cooperação com os familiares, já que os docentes necessitam conhecer os acontecimentos internos e o universo sócio-cultural vivenciados por seus estudantes, para que assim seja possível respeitá-los e compreendê-los. Além disso, essa relação de parceria entre família e escola é primordial para assim poder também acontecer o compartilhamento dos aspectos de conduta do filho(a), como: o aproveitamento estudantil, qualidade na realização das atividades, relacionamento com os educadores(as) e colegas, atitudes, valores, respeito às regras e dentre outras questões.

Diante do exposto, a parceria familiar é imprescindível, já que a família tem uma influência significativa na vida dos estudantes, pois, a mesma é a responsável por ensinar os princípios e valores que seus filhos(as) devem seguir. E o papel da escola é formar cidadãos e cidadãs para resolver ou criar formas de amenizar problemas em suas vidas. Então, a união entre ambas as partes se faz fundamental para a construção de uma visão crítica dos estudantes.

“Em teoria, a EA visa dinâmicas sociais nas comunidades, despertando uma visão crítica com relação às realidades socioambientais, assim estimulando de forma autônoma a compreensão dos problemas e suas possíveis soluções.” (ALVES; PAZ, 2021, p. 5).

Portanto, a Educação Ambiental é uma área que precisa do apoio de todos os pilares que compõem uma sociedade, não só das famílias e educadores, mas também do poder público, para que assim, juntos, possam unir forças com o objetivo de amenizar

problemas ambientais que são causados pelos seres humanos. Mas, para isso, educadores(as) e as famílias precisam trabalhar de forma conjunta para que a Educação Ambiental seja aplicada de forma transformadora e também crítica-reflexiva, buscando sempre ensinar unindo teoria e prática.

### **3.4.2. Educação Sexual**

Segundo Gonçalves, Faleiro e Malafaia (2013) é fundamental que os adultos reconheçam que independentemente da idade, a sexualidade é uma característica experimentada por todos as pessoas e questionamentos dos jovens sobre a mesma necessitam ser esclarecidos e discutidos, de forma objetiva e também clara para que eles possam viver a sua sexualidade de forma digna e também responsável.

A família deve conversar com a escola e saber ouvir e dialogar com seus filhos num processo de educação sexual emancipatório. Além disso, a escola, por meio dos educadores, deve contribuir com uma educação sexual adequada, atualizada e motivadora, inclusive fazendo o uso pedagógico das novas tecnologias da educação. (DIAS; ZANDONADI, 2018, p. 137).

Desse modo, a família e a escola devem trabalhar em parceria para que a Educação Sexual seja ofertada da melhor forma possível, pois as famílias possuem culturas diferentes, e essa parceria é importante justamente por essas questões, já que o educador(a) não é o responsável de dizer o que alguém pode ou não fazer em sua vida, mas sim dar as orientações sobre formas de prevenir Infecções Sexualmente Transmissíveis, gravidez, abusos sexuais e dentre outras coisas.

De acordo Dinis e Assineli-Luz (2007) mesmo que seja possível falar sobre educação sexual em diferentes locais, como por exemplo: ambulatórios, postos de saúde, sindicatos, fábricas, universidades, é essencial considerar que o ambiente escolar é o espaço mais propício para realizá-la, primeiramente porque os indivíduos começam a frequentar a escola já com seis anos de idade, e, idealmente, é esperado que o indivíduo permaneça nela até os dezoito anos, período em que termina o Ensino Médio. Segundamente porque a escola tem como função na sociedade a transmissão do conhecimento acumulado historicamente e de sua dimensão ético-política.

Além disso, ainda segundo Dinis e Assineli-Luz (2007) é no espaço escolar que se espera que os discentes aprendam a questionar, refletir e se posicionar sobre atitudes

ligadas à sociedade, à cidadania, aos direitos humanos, à preservação do meio ambiente; é na escola também que se espera que os indivíduos aprendam a ter práticas preventivas objetivando à constituição de cidadãos críticos-reflexivos e também autônomos, o que inclui uma educação sexual emancipatória. Deste modo, questões que sejam relevantes para a sociedade (como a igualdade de gênero e o combate à homofobia) nela devem ser inseridas e tratadas de maneira crítica e reflexiva, formando elementos primordiais de um programa de educação sexual.

Para Dias e Zandonadi (2018) os familiares são uma peça primordial para a educação sexual dos seus filhos, pois são eles que auxiliam na formação da identidade, uma vez que com eles se aprendem valores, tanto no desenvolvimento social como no intelectual e emocional.

#### **4. RESULTADOS**

Antes de mais nada, é importante pontuar que para a continuidade do presente trabalho foi necessário realizar a aplicação de um formulário com os docentes, atuantes, do Colégio Estadual Luís Eduardo Magalhães – CELEM. E os 17 dos 33 profissionais da educação que aceitaram participar do estudo incluem as seguintes áreas: Ciências Humanas, Exatas, Natureza e Linguagens. É válido destacar que as 11 perguntas presentes no material eram todas abertas para que assim fosse possível obter a maior quantidade de informações sobre os temas: Educação Ambiental e Sexual.

Uma das primeiras perguntas foi: *Na sua opinião enquanto docente, o(a) Sr./Sra. Acredita que a Educação Sexual e Ambiental são temas necessários de serem abordados dentro do ambiente estudantil? Justifique sua resposta.*

E dentre grande parte das respostas foi que sim, eles acreditam que são temas importantes de serem trabalhados nas escolas. Além disso, pontuaram também que os estudantes precisam ter acesso a tais temas já que estão sendo formados para viver em sociedade, logo, ter entendimento sobre assuntos que permeiam Educação Sexual e Ambiental se faz importante para a formação dos mesmos. No entanto, para um dos profissionais acredita que o papel de passar informações sexuais para os estudantes é de responsabilidade da família.

Sim. De extrema importância. São temas sob os quais os nossos alunos intervêm diariamente em suas vidas, seja dentro ou fora da escola. Logo, não podem as instituições educacionais se furtarem a essa discussão, ou o seu objetivo de formar cidadãos críticos, atuantes na sociedade, estará prejudicado. (Docente 1).

“São temas completamente diferentes entre si. Acredito que educação ambiental sim. Sexualidade não. Esse é papel da família.” (Docente 2).

***O(a) Sr./Sra. Se sente apta(o) a falar sobre temas relacionados a sexualidade (gênero, orientação sexual, métodos contraceptivos)? Justifique sua resposta.***

A maioria dos docentes responderam que precisam de um maior aprofundamento nos estudos para trabalhos tais questões em sala de aula, por ser um tema complexo de ser trabalhado.

“Eu sinto que ainda preciso de um maior embasamento para trabalhar esses assuntos em aula, mas quando aparece algum questionamento em aula, procuro responder e não fugir do tema.” (Docente 1).

“Me sinto apto, mas acho desnecessário.” (Docente 2).

***Quais estratégias o(a) Sr./Sra. Adota e/ou adotaria para abordar assuntos que permeiam a Educação Sexual e Ambiental em suas aulas? Justifique sua resposta.***

A maioria dos participantes responderam que tentariam trazer propostas de leituras e análises de materiais e/ou situações como: filmes, músicas, problemáticas sociais, reportagens e entre outros.

“Estas temáticas podem ser abordadas a partir da leitura de um texto ou da audição de uma música que faça referência aos assuntos em questão.” (Docente 1).

Penso que uma estratégia interessante é mostrar os problemas sociais e ambientais envolvidos nesse tema, para que antes mesmo de se debater diretamente sobre educação sexual e ambiental os estudantes já saibam que existe um problema na sociedade e ele precisa ser combatido com novos conhecimentos. Uma atividade investigativa, onde os estudantes irão construir

a solução de um determinado problema sozinhos pode ser interessante.  
(Docente 2).

***O(a) Sr./Sra. Acredita que a utilização de metodologias ativas de aprendizagem seria uma boa alternativa para trabalhar os temas supracitados, ou outros? Justifique sua resposta.***

Uma parte considerável dos docentes responderam que as metodologias ativas são ótimas alternativas para se trabalhar com temas tão complexos, na concepção de alguns deles. Além disso, segundo suas colocações, um dos participantes pontuou que:

“Cada professor tem a sua metodologia, sua forma de ensinar. Isso tem muito a ver com a maneira de ser de cada um. Qualquer metodologia utilizada é uma metodologia ativa, pois há um trabalho sendo realizado ainda que pareça algo passivo.” (Docente 1).

Porém, colocar o estudante como centro do processo da construção de sua própria aprendizagem, de acordo com a fala abaixo, é uma forma de dar mais significado àquilo que se está aprendendo, ou que será aprendido:

As metodologias ativas seriam boas alternativas para o trabalho com os temas. Por serem metodologias que colocam o aluno no centro das construções pedagógicas, proporcionariam maior significado as aprendizagens alcançadas/que se buscariam alcançar. (Docente 2).

Alguns docentes demonstraram, por meio de suas respostas, não saber o que são metodologias ativas de ensino:

“Sim, a tecnologia se tornou mais um material de aula.” (Docente 3).

“Não faço ideia do que seriam essas metodologias ativas.” (Docente 4).

***O(a) Sr./Sra. Sente dificuldades em trabalhar temas transversais no ambiente escolar? Caso sim, quais são elas?***

Alguns docentes pontuaram em suas respostas que não sentem dificuldades em trabalhar os temas transversais, outros já mencionaram os desafios em trabalhar tais temas por conta da demanda escolar e, conseqüentemente, a falta de tempo por conta das mudanças do Novo Ensino Médio. E outros mencionaram a questão da falta de recursos para trabalhar a transversalidade de modo significativo no espaço escolar.

“Sim. Na atual conjuntura falta de tempo (somente uma aula por semana), indisponibilidade de material didático-pedagógico e espaço físico adequado, além da falta de parcerias.” (Docente 1).

“Não. Os temas transversais sempre encontram espaço no currículo, na medida em que o conhecimento sistematizado se interliga em muitos momentos do planejamento pedagógico.” (Docente 2).

“Não. Temas transversais realmente necessários, não.” (Docente 3).

“Sim. Atualmente penso que a dificuldade esteja nas mudanças curriculares que tem ocorrido. O componente curricular “Química” está reduzido a uma aula semanal no “Novo Ensino Médio”, o que torna extremamente complicado construir debates que caminhem em equilíbrio entre os temas transversais e os conteúdos curriculares.” (Docente 4).

***Mesmo que para alguns educadores(as) os temas, Educação Sexual e Ambiental, devam ser trabalhados, apenas, pelos docentes de Ciências e Biologia. O(a) Sr./Sra. Acredita que seria possível falar sobre respeito à diversidade cultural, no ambiente escolar, sem perpassar por tais assuntos? Justifique sua resposta.***

“São assuntos que se entrelaçam em todas as áreas do conhecimento e falar de respeito à diversidade cultural sempre vai puxar para a temática sexual e ambiental, por serem questões relevantes.” (Docente 1).

“Sim. Diversidade cultural é bem amplo, pode e deve ser trabalhado em sala, sempre focando principalmente nos conteúdos cobrados no ENEM e vestibular que é o que realmente importa.” (Docente 2).

“São assuntos que se entrelaçam em todas as áreas do conhecimento e falar de respeito à diversidade cultural sempre vai puxar para a temática sexual e ambiental, por serem questões relevantes.” (Docente 3).

***Na sua concepção, é importante trabalhar temas transversais em sala de aula? Justifique sua resposta.***

“Como foi dito, os temas transversais trabalhados em sala precisam estar principalmente alinhados com os conteúdos, para que o aluno consiga ter o conhecimento básico, teórico e necessário para ser apto para dar continuidade aos seus estudos no âmbito universitário. Questões como sexualidade não influenciam na sua vida acadêmica futura e, portanto, não interessa ser trabalhado em sala de aula.” (Docente 1).

“Sim. O conhecimento não se esgota nos objetos propostos dentro do currículo de cada disciplina. O trabalho com os temas transversais é de suma importância para essa ampliação do saber.” (Docente 2).

“Sim, pois eles fazem parte da formação integral do jovem, que na maioria das vezes não possuem boas referências em casa e na comunidade onde vivem. Sei que a escola não deve ser a única a transmitir esses valores, mas infelizmente isso acontece.” (Docente 3).

***O(a) Sr./Sra. Se sente e/ou sentiria confortável para trabalhar temas como Educação Ambiental e Sexual dentro da sala de aula? Justifique sua resposta.***

“Sim, por me considerar uma pessoa sem preconceitos e acreditar que nosso maior ensinamento será o do respeito e preservação da vida humana.” (Docente 1).

“Creio que esse assunto tem que ser trabalhado em Biologia, não em Língua Portuguesa, por se tratar de uma questão científica, biológica.” (Docente 2).

Sim. Enquanto professor precisamos estar abertos ao conhecimento e à formação do ser humano, visto que esses temas são importantes para a orientação sexual dos discentes e para a formação de um ser humano consciente sobre si e sobre o meio ambiente e assim sobre a vida. (Docente 3).

*Durante o processo de atuação em sala de aula, muitas falas, pensamentos e até expressões são realizadas no ambiente de ensino. Frente a isso, caso algum discente te fizesse algum questionamento sobre temas que estão dentro do assunto sexualidade.*

*O(a) Sr./Sra. Agiria de que forma?*

Problematizando, penso que falas que revelem alguma visão ingênua e preconceituosa devem ser problematizados a fim de evidenciar o risco e o absurdo que representam. Acredito que se deve promover o debate em sala e o respeito a ideias diversas, para que se chegue a um conhecimento novo que é resultado dessa interação. (Docente 1).

“Responderia com tranquilidade. Caso não possuísse arcabouço teórico para tal, orientaria a pesquisa acerca do assunto, que seria tratado na próxima oportunidade.” (Docente 2).

*Por quais materiais o(a) Sr./Sra. Busca se embasar para desenvolver uma maior propriedade para falar sobre temas que são necessários de serem abordados em suas atuações em sala de aula?*

“Além dos livros, revistas e sites especializados, busco usar também experiências próprias e de profissionais habilitados.” (Docente 1).

Os temas realmente necessários são aqueles cobrados no ENEM e Vestibulares. Os materiais são diversos: livros didáticos, sites, vídeos e todo tipo de material que contenha os assuntos necessários para a capacitação do estudante de dar continuidade aos seus estudos fora da sala de aula ao concluir o ensino médio. (Docente 2).

## **5. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

### **5.1. A importância de discutir sobre Educação Sexual e Ambiental no espaço escolar**

Diálogos acerca da sexualidade são de fundamental relevância, pois a insegurança dos adolescentes quanto a esse tema, associada à desinformação, ainda é nítida, até mesmo, na atual conjuntura. Diante dessa constatação, torna-se urgente assumir compromissos educativos com a temática supracitada, ou seja, torna-se primordialmente

necessário possibilitar ou fortalecer uma aproximação entre adolescentes e adultos de referência (professores/responsáveis e profissionais da saúde) a fim de mitigar as vulnerabilidades às Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), à gravidez não planejada, ao aborto inseguro, pois, é no decorrer dessa trajetória que o adolescente passa por modificações e enfrentamentos sociais, que poderão repercutir em sua vida, dependendo do contexto em que esteja inserido. (BARBOSA et al., 2019).

Diante das colocações de Barbosa e Folmer (2019) é importante haver a formação inicial e também continuada dos educadores(as) sobre questões que envolvem os temas: sexualidade e educação sexual, com o objetivo de assim contribuírem para formação de cidadãos livres de preconceitos e respeitosos tanto para si mesmo como ao outro enquanto sujeitos de direitos.

A educação sexual no contexto escolar é necessária, para a formação da sexualidade de crianças e jovens, pois visa fortalecer sua capacidade de fazer escolhas seguras, saudáveis e conscientes e, sobretudo, fortalecer atitudes respeitadas em relação aos relacionamentos. (BARBOSA; FOLMER, 2019, p.225).

Sendo a educação sexual na escola uma prioridade, é crucial que os docentes, assim como demais indivíduos da sociedade, como os técnicos de saúde e pais, se consciencializem da importância do seu papel em todo o processo e que se unam forças no sentido da sua operacionalização. É primordial ter como base, que ensinar educação sexual vai muito além de apenas a transmitir informações relacionadas com o sexo, passa por reflexões acerca das emoções, sentimentos e atitudes, treinamento competências de vida e fornecimento informação científica sobre fisiologia humana. Neste sentido é fundamental que as práticas de educação para a saúde, e a educação sexual como parte integrante desta, sejam baseadas numa perspectiva de desenvolvimento dos jovens, avaliadas para o contexto a que se destinam, respaldadas na evidência científica e, realizadas por profissionais com conhecimentos na área de intervenção, para os quais convergem os setores da saúde e da educação. (CALDEIRA; LOPES, 2018).

“No nosso país a ES tem tido um percurso difícil e moroso, muito à custa de políticas educativas pouco claras e falta de vontade das escolas e de alguns professores na efetivação da mesma.” (CALDEIRA; LOPES, 2018, p.1151). Para Caldeira e Folmer (2018) o educador(a) não precisa ser um especialista em Educação Sexual, mas apenas

um profissional convenientemente informado sobre sexualidade humana e que, enquanto docente, já teve possibilidade de refletir sobre ela.

A escola recua na intenção de trabalhar a Educação Sexual também pelo fato de que vários pais acreditam que os filhos aprenderão valores diferentes dos seus. Volta, então, a reforçar a necessidade da união da família com a escola para que haja a gestão participativa no objetivo de criar uma base didática que agrade a todos e atenda a necessidade dos alunos. É necessário acentuar a necessidade de um maior espaço para a educação sexual na grade curricular das escolas. A desinformação e a fragilidade da educação sexual são também questões problemáticas. As escolas e os sistemas de educação estão muito mais preocupados em dar conta das matérias cobradas em vestibular, como: física, química, português, matemática, etc., do que em discutir questões de cunho social. (CARVALHO; JARDIM; GUIMARÃES, 2019, p.25).

Para Higuchi e Azevedo (2004) a cada instante se torna ainda mais urgente que a sociedade repense as suas práticas com o mundo físico-natural e com o mundo social. Mas é um repensar sobre as bases de sustentação do planeta Terra, desde as práticas mais básicas e aparentemente inocentes do indivíduo, de jogar papel no chão, perpassando pelas práticas de consumo e indo até a elaboração e execução de políticas públicas e ambientais pautadas em novas éticas.

## **5.2. Alguns princípios básicos, que devem ser seguidos, para aplicação significativa da Educação Sexual e Ambiental dentro do espaço escolar**

Na família, a temática Educação Sexual não recebe a atenção necessária. Na maioria das vezes, as famílias, não discutem sobre o assunto e muitas ainda se encontram fechadas ao diálogo, presas a tabus e preconceitos. A discussão de assuntos/temas da Educação Sexual na escola e no convívio familiar é primordial para a formação do adolescente. Ofertar informações pertinentes e desenvolver atividades de conscientização é de extrema importância no período estudantil, visando à formação de seres humanos com capacidade de assumir, com responsabilidade, as consequências de suas atitudes e saibam fazer boas escolhas. (RODRIGUES; DA SILVA; GOMES, 2019).

A família se torna uma ferramenta essencial para a educação sexual dos seus filhos, pois são eles que ajudam na formação da identidade, uma vez que com eles se aprendem valores, tanto no desenvolvimento social, intelectual e emocional. (DIAS; ZANDONADI, 2028, p.133).

De acordo com Carvalho, Jardim e Guimarães (2019) é lamentável que alguns educadores(as) ao presenciar situações que propiciariam a discussão sobre sexualidade, tabus, e preconceitos se absterem da sua responsabilidade e deixam de impor autoridade a fim de controlar os ânimos que, por vezes, se exaltam na sala de aula. Não se pode silenciar uma dúvida. Não é saudável e muito menos humano. Mas, também não é certo imprimir sua opinião ou convicção pessoal sobre a questão que surge, docente não é formador de opinião a todo instante, às vezes ele deve realizar intervenções de modo a desenvolver a opinião do próprio educando.

É válido frisar que não é significativo expor o estudante à uma considerável quantidade de informações e não o ajudar a refletir e absorvê-las. Cada discente tem suas dúvidas e conflitos pessoais, essas informações também não podem ser direcionadas para não causar algum tipo de constrangimento, é preciso realizar a abordagem de todos os assuntos de forma que abranjam todas as possíveis necessidades. Além de se colocar à disposição dos educandos para uma busca pessoal e particular, caso necessário. (CARVALHO; JARDIM; GUIMARÃES, 2019).

## **6. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Frente ao que foi abordado no decorrer do trabalho, conclui-se que a Educação Ambiental e Sexual são temas muito relevantes e importantes de serem trabalhados nas escolas, mesmo que alguns profissionais não se sintam confortáveis para falar sobre tais temáticas. Pois, documentos educacionais informam que o dever da educação básica é formar os estudantes para lidar com os possíveis desafios que irão encontrar na sociedade. Logo, é primordial falar de assuntos que perpassam pelo respeito ao planeta Terra e a todos os que dependem dele para sobrevivência.

No entanto, é preciso que haja mais investimentos na educação, para que assim seja possível formar profissionais cada vez mais qualificados para abordar temáticas tão urgentes nas escolas e fora delas também. Ajudando os familiares a entender que eles também têm deveres a cumprir para que seus filhos não passem por situações traumáticas (como abusos sexuais) e, que também, não tenham atitudes como desrespeito às diferenças, seja elas de gênero, orientação sexual, cor, classe social e entre tantas outras. Por isso, é fundamental que os profissionais e pais se mobilizem cada vez mais para garantir uma educação transformadora para todos os estudantes.

Tendo em conta o entendimento de que a Educação Sexual tem por finalidade disseminar informação e conhecimento sobre tudo o que diz respeito ao corpo, transpondo a questão meramente biológica, destaca-se a escola como um espaço significativo na problematização sobre este tema. Considera-se que, apesar de não existir uma receita pronta, é imperativo o desenvolvimento de estratégias de ensino que atendam às necessidades do público discente de maneira personalizada, humana e qualificada. Enfatiza-se que estas estratégias devem, além de difundir informações, gerar a reflexão e propiciar um comportamento crítico ao educando. (VIÇOSA ET AL., 2020, p.21).

Tendo em vista que a educação é um dos meios pelos quais é possível modificar o planeta por meio de ações que são desenvolvidas nas escolas e que têm um impacto positivo fora delas. Fazendo com que os estudantes, provavelmente, influenciem outras pessoas por meio de suas práticas sejam elas de respeito ao planeta ou a outro indivíduo.

Logo, valorizar as potencialidades dos estudantes e colocá-los como centro do processo de aprendizagem é uma forma eficaz, como mencionado no decorrer do presente trabalho, de desenvolver a criticidade e reflexão dos estudantes acerca de assuntos abordados em sala de aula. Promover projetos que busquem colocar os discentes em processo ativo, exige do educador(a) a elaboração de um planejamento bem estruturado para que seja possível atingir os objetivos pretendidos do projeto, além de desenvolver habilidades fundamentais para o progresso dos estudantes em sua vida (profissional e pessoal). Por isso, é imprescindível trabalhar com os estudantes com problemas reais e colocar eles para pensar que m possíveis soluções para amenizar tais desafios sociais. Colocando assim, em prática, o que está sendo ensinado no espaço estudantil e, conseqüentemente, fazendo com que o aluno(a) aprenda ainda mais sobre o assunto estudado.

## 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRAES, Maria Cleide Gualter Alencar; VIDEIRA, Márcia Cristina Moraes Cotas. Breve histórico da Educação Ambiental no Brasil/Brief History of Environmental Education in Brazil. ID on line **REVISTA DE PSICOLOGIA**, v. 13, n. 46, p. 101-118, 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular.

BARBOSA, Luciana Uchôa et al. O silêncio da família e da escola frente ao desafio da sexualidade na adolescência. **Ensino, Saúde e Ambiente**, v. 12, n. 2, 2019. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/ensinosaudeambiente/article/view/21625>. Acesso em: 24 out. 2022.

BRANCO, Emerson Pereira; ROYER, Marcia Regina; DE GODOI BRANCO, Alessandra Batista. A abordagem da Educação Ambiental nos PCNs, nas DCNs e na BNCC. **Nuances: estudos sobre Educação**, v. 29, n. 1, 2018.

BARBOSA, Luciana Uchôa; FOLMER, Vanderlei. Facilidades e dificuldades da educação sexual na escola: percepções de professores da educação básica. **Revista de Educação da Universidade Federal do Vale do São Francisco**, v. 9, n. 19, p. 221-243, 2019. Disponível em: <https://www.periodicos.univasf.edu.br/index.php/revasf/article/view/515>. Acesso em: 25 out. 2022.

BRANCALIONE, Leandro. Educação ambiental: refletindo sobre aspectos históricos, legais e sua importância no contexto social. **Revista de Educação do IDEAU**, v. 11, n. 23, 2016. Disponível em: [https://www.caxias.ideau.com.br/wp-content/files\\_mf/92c544eaf02e0d8c5752b3a4faea30d9358\\_1.pdf](https://www.caxias.ideau.com.br/wp-content/files_mf/92c544eaf02e0d8c5752b3a4faea30d9358_1.pdf). Acesso em: 25 jan. 2022.

CALDEIRA, Ermelinda; LOPES, Manuel José. Educação sexual na escola – contextos para a mudança. 2018. Disponível em: <https://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/24958>. Acesso em: 29 out. 2022.

CARVALHO, Laisy Giordana Lopes; JARDIM, Marcela Coelho; GUIMARÃES, Ana Paula Martins. Educação sexual na perspectiva dos temas transversais: uma revisão de literatura. **Educationis**, v. 7, n. 2, p. 19-29, 2019. Disponível em: <http://sustenere.co/index.php/educationis/article/view/3626>. Acesso em: 23 out. 2022.

COELHO, E. A. C. et al. O planejamento familiar no Brasil contexto das de saúde: determinantes históricos. **Ver.Esc.Enf.USP**, v. 34, n. 1, p. 37-44, mar. 2000. Disponível em: [https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https://www.scielo.br/j/reeusp/a/GrTf3vFznTHzrbmnDHQHtDP/%3Flang%3Dpt%26format%3Dpdf&ved=2ahUKEwi\\_9ZywocjxAhXkLLkGHYINCQcQFjAAegQIAxAC&usq=AOvVaw2BmrTxQnN\\_sfmVAQfw5pv8](https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https://www.scielo.br/j/reeusp/a/GrTf3vFznTHzrbmnDHQHtDP/%3Flang%3Dpt%26format%3Dpdf&ved=2ahUKEwi_9ZywocjxAhXkLLkGHYINCQcQFjAAegQIAxAC&usq=AOvVaw2BmrTxQnN_sfmVAQfw5pv8). Acesso em: 03 jun. 2021.

CARVALHO, Oliveira; PINTO, Raydelane Grailea Silva; SANTOS, Márcia Sousa. Conhecimento sobre as infecções sexualmente transmissíveis por estudantes adolescentes de escolas públicas. **Adolescência e Saúde**, v. 15, n. 1, p. 7-17, 2018. Disponível em: [http://adolescenciaesaude.com/detalhe\\_artigo.asp?id=703&idioma=Portugues](http://adolescenciaesaude.com/detalhe_artigo.asp?id=703&idioma=Portugues). Acesso em: 19 mai. 2021.

DIAS, Michelly Kallyne Neves; ZANDONADI, Antônio Carlos. O papel da família e da escola: processo de educação sexual dos filhos. **Revista FAROL**, v. 7, n. 7, p. 132-143, 2018. Disponível em: <http://www.revistafarol.com.br/index.php/farol/article/view/149>. Acesso em: 20 jun. 2021.

DINIS, N.; ASINELLI-LUZ, A. Educação sexual na perspectiva histórico-cultural. **Educar em Revista**, n. 30, p. 77-87, 2007. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-40602007000200006](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602007000200006). Acesso em: 28 abr. 2021.

DIAS, Michelly Kallyne Neves; ZANDONADI, Antônio Carlos. O papel da família e da escola: processo de educação sexual dos filhos. **Revista FAROL**, v. 7, n. 7, p. 132-143, 2018. Disponível em: <https://revista.farol.edu.br/index.php/farol/article/view/149>. Acesso em: 18 nov. 2022.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. **A formação de educadores sexuais**: possibilidades e limites. 2001. 316 f. Tese (doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2001. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/190864>. Acesso em: 24 nov. 2022.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico (Org.). Educação Sexual: em busca de mudanças. Londrina, **UEL**, p. 63-104, 2009. Disponível em: <https://www.maryneidefigueiro.com.br/files/uploads/507b25ee-30f5-4774-8e3f-7e8d6b98804d.pdf#page=74>. Acesso em: 15 ago. 2022.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. Educação Sexual: Como Ensinar No Espaço Da Escola Sexual Education: How To Teach In The School Environment. **Revista Linhas**, v. 7, n. 1, 2006. Disponível em: <http://www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1323>. Acesso em: 26 jun. 2021.

GONÇALVES, Randys Caldeira; FALEIRO, José Henrique; MALAFAIA, Guilherme. Educação sexual no contexto familiar e escolar: impasses e desafios. **Holos**, v. 5, p. 251-263, 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4815/481548607021.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2021.

HIGUCHI, Maria Inês Gasparetto; AZEVEDO, GC de. Educação como processo na construção da cidadania ambiental. **Revista Brasileira de Educação Ambiental, Brasília**, n. 0, p. 63-70, 2004.

Disponível em:

<http://docente.ifsc.edu.br/marco.aurelio/Material%20Aulas/Especializa%C3%A7%C3%A3o%20Tecnologias%20Educacionais/Sustentabilidade,%20Cidadania%20e%20Educa%C3%A7%C3%A3o/Artigos/4080-11409-1-PB.pdf#page=63>. Acesso em: 25 nov. 2022.

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi; RIBEIRO, Paulo Rennes Marcal. Educação sexual: princípios para ação. **Doxa**, v. 15, n. 1, p. 75-84, 2011. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Ana-Claudia-Maia/publication/341262997\\_EDUCACAO\\_SEXUAL\\_PRINCIIOS\\_PARA\\_A\\_ACAO\\_Doxa\\_v15\\_n1/links/5eb60a43299bf1287f77decf/EDUCACAO-SEXUAL-PRINCIIOS-PARA-A-ACAO-Doxa-v15-n1.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Ana-Claudia-Maia/publication/341262997_EDUCACAO_SEXUAL_PRINCIIOS_PARA_A_ACAO_Doxa_v15_n1/links/5eb60a43299bf1287f77decf/EDUCACAO-SEXUAL-PRINCIIOS-PARA-A-ACAO-Doxa-v15-n1.pdf). Acesso em: 30 jun. 2021.

RAMOS, Elisabeth Christmann. Educação ambiental: origem e perspectivas. **Educar em Revista**, p. 201-218, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/NhDhdgkXcnwdzbLwmmz9T4y/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 24 jan. 2022.

SILVA, Sabrina do Amarilho Gaspar et al. A educação sexual formal/informal dos autores de violência sexual contra crianças e adolescentes: contribuições da teoria psicanalítica. 2019. Disponível em: [http://tede.unioeste.br/bitstream/tede/5154/5/Sabrina%20do%20Amarilho\\_2019.pdf](http://tede.unioeste.br/bitstream/tede/5154/5/Sabrina%20do%20Amarilho_2019.pdf). Acesso em: 20 jun. 2021.

SIQUEIRA, Teresa Cristina Barbo; DE LIMA NETTO, Aristóteles Mesquita. Análise da educação sexual do Brasil e Portugal a partir de documentos oficiais. **Protestantismo em Revista**, v. 44, n. 2, p. 176-195, 2019.

JACOBI, Pedro. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de pesquisa**, p. 189-206, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/kJbkFbyJtmCrfTmfHxktgnt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 jul. 2021.

LIMA, Álisson Hudson Veras; DE OLIVEIRA GOMES, Ana Paula; DE LIMA, José Natanael Nunes Pereira. **TEORIA E PRÁTICA DOCENTE: onde estamos e para onde vamos?**. Pimenta Cultural, 2020. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=tCvDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA11&dq=LIMA,+%C3%81lisson+Hudson+Veras%3B+DE+OLIVEIRA+GOMES,+Ana+Paula%3B+DE+LIMA,+Jos%C3%A9+Natanael+Nunes+Pereira.+TEORIA+E+PR%C3%81TICA+DOCENTE:+onde+estamos+e+para+onde+vamos%3F.+Pimenta+Cultural,+2020.&ots=SLbSS-0LWz&sig=DaFzlf7kykF0ZUxoZMFK4nw8cgw>. Acesso em: 22 out. 2022.

VIÇOSA, Cátia Silene Carrazoni Lopes et al. Saúde do adolescente e Educação Sexual na escola: tecituras a partir das perspectivas dos estudantes. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 6, p. e197963613-e197963613, 2020. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/3613>. Acesso em: 20 nov. 2022.

WILDEMBERG FIEDLER, Milla; ARAÚJO, Alisson; CAETANO DE SOUZA, Márcia Christina. A prevenção da gravidez na adolescência NA VISÃO DE ADOLESCENTES Texto & Contexto Enfermagem, vol. 24, núm. 1, enero-marzo, 2015, pp. 30-37 **Universidade Federal de Santa Catarina Santa Catarina, Brasil. Texto & Contexto Enfermagem**, v. 24, n. 1, p. 30-37, 2015. Disponível em: [https://www.redalyc.org/pdf/714/Resumenes/Abstract\\_71438421004\\_2.pdf](https://www.redalyc.org/pdf/714/Resumenes/Abstract_71438421004_2.pdf). Acesso em: 26 jun. 2021.